



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

## A VIDA POPULAR E AS INFLUÊNCIAS AFRICANAS: QUESTÕES DE LITERATURA E HISTÓRIA EM *TENDA DOS MILAGRES*

**Paulo Roberto Alves dos Santos**  
UAB/UESC  
probalves@terra.com.br

### RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir aspectos ligados à população negra na Bahia, a partir da representação do meio social, de figuras humanas, traços culturais, bem como de outros fatores vinculados à tradição africana em **Tenda dos milagres** (1969), de Jorge Amado. Nesse sentido, procura-se articular o universo ficcional da obra, que problematiza as diferenças entre práticas religiosas, costumes e valores herdados dos diversos povos africanos transferidos para o Brasil como escravos e a influência europeia, com a trajetória do autor. Para tanto, leva-se em consideração a posição que a crítica lhe atribuía na literatura brasileira, bem como fatores do contexto em que o país vivia naquele momento.

**Palavras chaves:** Crítica Literária; História da Literatura; Literatura e História.

### ABSTRACT

This paper aims to discuss aspects linked to the black population in Bahia, such as the representation of the social milieu, of human figures, cultural features, as well as from other features linked to the African tradition in **Tent of Miracles** (1969), by Jorge Amado. In this sense we aim to articulate the fictional universe of this artwork, which discusses the religious practices, customs and inherited values of diverse African peoples transferred to Brazil as slaves, and the European influence, with the author's trajectory. In doing so, we consider the position that the critics attribute to Brazilian literature as factors from the situation the country was experiencing at that time.

**Keywords:** Literary Criticism; The History of Literature; Literature and History.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolve análise do romance **Tenda dos Milagres** (1969), de Jorge Amado, com o objetivo de verificar a problematização que apresenta de questões político-sociais no Brasil. A representação se desdobra em dois momentos históricos que se complementam criticamente, uma primeira fase situada nas décadas iniciais e a segunda correspondente aos anos 60 do século XX. Essa perspectiva permite a abordagem de assuntos relacionados à situação dos negros brasileiros desde o fim do escravismo, permitindo que se demonstre a importância e atualidade deste autor para a literatura nacional.

O ponto de partida para tanto é a noção de que, em uma proposição dialética, pode-se inferir que toda prática narrativa, “ao ser entendida como ação sobre um receptor (mesmo que pela mediação do narratário), [aponta] para uma inscrição do discurso da narrativa no discurso da História” (REIS; LOPES, 1998, p. 14), ao mesmo tempo em que inscreve a História no discurso ficcional. Nesse último caso, entende-se a representação narrativa como espaço privilegiado para questionamentos sobre determinada realidade histórica.

Tal pressuposto afirma a noção de que História e ficção literária não fazem parte da mesma ordem de discurso, o que possibilita o trânsito de uma para outra, enquanto diferentes



leituras a serem interpretadas. A interpretação, enquanto processo que desvenda o texto, ao mesmo tempo em que desvela o olhar do leitor, permite, assim, a elaboração de novas perspectivas sobre o mundo, o que evidencia a potencialidade emancipadora da literatura.

O enfoque permite a confirmação de que Jorge Amado é um dos nomes referenciais da literatura brasileira, entendendo-se que isso se deve, sobretudo e, entre outros aspectos, porque encarnou em sua arte o desejo por emancipação do seu povo. Assim, retomar esse olhar crítico amadiano, revisitando os contextos histórico-culturais que o romance em estudo permite desvelar em seus contornos políticos e sociais, significa manter viva a nossa memória histórica, o que, espera-se, seja compreendido como relevante para a motivação desta leitura.

## **A HISTÓRIA, A VIDA POPULAR E AS INFLUÊNCIAS AFRICANAS**

*É no xaréu que brilha a prata luz do céu  
E o povo negro entendeu que o grande vencedor  
Se ergue além da dor  
Tudo chegou sobrevivente num navio  
Quem descobriu o Brasil?  
Foi o negro que viu a crueldade bem de frente  
E ainda produziu milagres de fé no extremo ocidente  
(Caetano Veloso)*

A década de 1960 foi rica em acontecimentos marcantes no âmbito nacional e internacional, resultantes da efervescência de ideias que se espalharam mundo a fora. No Brasil, o período se iniciou sob uma atmosfera de euforia, ao influxo do surto desenvolvimentista implantado por Juscelino Kubitschek, que promoveu o crescimento da economia a partir da eliminação de restrições para o ingresso do capital estrangeiro. Com o lema “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”, criou as condições para a instalação de indústrias, com destaque para áreas como a metalurgia, a construção naval, a maquinaria e o setor elétrico. Ao mesmo tempo, colocou em prática um programa arrojado de obras públicas que, além de realizações importantes em setores essenciais, tem na construção de Brasília o símbolo maior (LOPEZ, 1987).

Em outras áreas se verificava fenômenos que concorriam para o predomínio do clima auspicioso. De todos os cantos ecoava a marchinha “A taça do mundo é nossa” em celebração pela conquista da Copa do Mundo de 1958. Com ritmo mais contido, João Gilberto cantava quase sussurrando ao som de um violão sincopado “Chega de saudade”, hostilizando o caráter depressivo da música brasileira da época. A conhecida composição de Vinicius de Moraes e Tom Jobim reinventou o samba e consagrou um estilo musical (SEVERIANO, 2008). Insurgindo-se contra o caráter alienante dos filmes de apelo popularesco surgiu o Cinema Novo, com produções voltadas para a realidade brasileira, abordando problemas sociais crônicos (SOUZA, 1981) e seguindo a proposta minimista da Bossa Nova.

A onda de renovação das manifestações culturais avançou a década e teve nos festivais de música promovidos por emissoras de televisão a sua melhor expressão, porém contrastava com o ambiente sombrio instalado pelo golpe militar de primeiro de abril de 1964. Temendo o improvável, ou seja, que João Goulart implantasse um governo de esquerda no Brasil, os segmentos conservadores se articularam em torno de empresários, profissionais liberais, setores da Igreja Católica e organismos de imprensa para depô-lo, tendo nas forças armadas seu braço operacional (SILVA, 1978). A coesão alcançada no momento inicial da intervenção na ordem democrática se desfez por causa de divergências quanto aos rumos a serem tomados para manter o controle do poder. Enquanto um grupo defendia o retorno à normalidade, outro propunha ações drásticas, criando-se um impasse surdo que se acentuou com a nomeação de Costa e Silva, embora os sinais de avanço do grupo chamado “linha dura” já se fizessem notar claramente, como indicou a edição do famigerado Ato Institucional número cinco em dezembro de 1968 (CHAGAS, 1979).

Um dos momentos decisivos daquele período e, provavelmente, da história recente do Brasil foram os meses finais do ano de 1969. Em agosto, Costa e Silva sofreu uma isquemia cerebral que o impediu de exercer suas funções, deflagrando o aprofundamento da crise entre os militares. Pedro Aleixo, o vice-presidente, foi impedido de substituí-lo devido à antipatia dos militares por sua oposição às medidas repressoras previstas pelo AI-5. Para evitar que assumisse a presidência, as altas esferas das forças armadas decidiram formar uma junta composta pelos ministros da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, a fim de governar o país até solucionar o problema que se criara (Ibidem). Se havia alguma dúvida quanto aos seus propósitos, com um golpe dentro do golpe a facção intransigente sinalizava que as represálias e as perseguições a opositores aumentariam.

Alguns segmentos mais inquietos esboçaram reação, por vezes extremada, como foi o caso do sequestro do embaixador dos Estados Unidos ainda enquanto a junta militar exercia o governo. Decorreu pouco tempo, no entanto, para os militares demonstrarem sua disposição em combater duramente os insurgentes, pois com a nomeação de Emílio Médici para o cargo de presidente se cristalizou a vitória do grupo “linha dura”, que vinha de uma longa tradição golpista iniciada no movimento dos tenentes da década de 1930, no qual haviam sido derrotados (GASPARI, 2002). Daí em diante, se instaurou um processo brutal de aniquilamento das resistências ao regime pela intensificação da censura à imprensa e às manifestações artísticas e, fundamentalmente, pela tortura e pela eliminação de pessoas consideradas como ameaça.

Foi nesse ambiente pesado e de vozes discordantes asfixiadas que Jorge Amado publicou **Tenda dos milagres** (1969), romance de sucesso imediato junto ao público. Foram cerca de vinte edições somente ao longo da década seguinte, também período no qual Nelson Pereira dos Santos o tomou como referência para rodar filme homônimo, de 1977. Oito anos mais tarde a obra foi adaptada para a televisão em seriado exibido pela Rede Globo.



Apesar de estimular produções em outros campos de criação e de permanecer despertando interesse dos leitores nos dias atuais, o romance não costuma figurar entre realizações mais importantes do autor, ao menos no juízo de boa parte da crítica. Existe quem o reconheça como um dos que indicam o aperfeiçoamento do escritor, expressando “um novo experimento: de linguagem, de corte narrativo, de visão de mundo” (PICCHIO, 1997, p. 535). Se, como sugere Luciana Stegagno-Picchio, a obra pode ser examinada como caracterizadora do processo de evolução e amadurecimento de Jorge Amado, existem incidências que permitem análises voltadas para outras perspectivas. Um dos enfoques possíveis diz respeito às conexões com o momento de sua publicação.

Segundo Hans Robert Jauss (1994), a obra surge vinculada ao seu contexto histórico e social, por isso uma das formas de compreendê-la é a identificação de fatores que a associam com a realidade em que apareceu. Do mesmo modo, afirma ele, a análise dentro de uma perspectiva histórica permite a compreensão dos múltiplos sentidos que o objeto literário pode adquirir com o passar do tempo. Outra premissa do estudioso alemão é de que a obra dialoga através do tempo com o público, com a crítica e com a série literária a que pertence, por meio da aceitação dos leitores, pelas confirmações e refutações ou pelos parâmetros que cria para produções posteriores.

O emprego desses referenciais permite compreender fenômenos relativos à percepção de **Tenda dos milagres** no que diz respeito à constante aceitação popular em oposição à indiferença de especialistas. Por outro lado, abre caminho para examinar o romance dentro de uma perspectiva que dê mais valor às incidências que o associam ao período da ditadura militar, permitindo vinculações com outros fatos históricos ocorridos no Brasil ao longo do século XX. Para tanto, basta considerar certos fenômenos de ordem social e econômica, articulando-os com ocorrências do campo da criação literária.

Uma das explicações para a boa aceitação da obra num primeiro momento pode ser as alusões que faz a assuntos da época em que veio a público, na medida em que apresenta aspectos que a colocam em condição de contestante ao regime ditatorial em vigência no período. Sob o pretexto de descrever as aventuras amorosas e pequenas proezas de Pedro Archanjo que, de simples bedel da Faculdade de Medicina, se transforma em referência internacional para antropologia, Jorge Amado constrói uma narrativa recheada pela abordagem de situações da realidade brasileira. O ponto de partida é a súbita notoriedade que o mestiço pobre de Salvador recebe desde a breve passagem de consagrado etnólogo estadunidense, seu admirador, pela Bahia.

Até então, morto há vinte cinco anos, Archanjo estava na memória das muitas mulheres com quem se relacionara, dos bêbados, dos boêmios e dos capoeiras do Pelourinho, graças ao número incontável de filhos que deixara, ao temperamento amistoso e prestimoso, ao gosto pelo dissipação, pela cachaça e às muitas histórias que protagonizara. Também se fizera respeitar devido à posição destacada dentro da hierarquia do candomblé, fato que lhe conferiu o título honorífico de Ojuobá, isto é, “Os Olhos de



Xangô”. Seu conhecimento das práticas religiosas contribuiu para o prestígio alcançado pelos livros que escreveu, pois graças à orientação de Majé Bassã, sua iyalorixá, entrou num período de comedimentos e dedicou mais de dez anos aos estudos, ampliando seu domínio sobre os costumes e a cultura da população baiana negra. A procura por informações sobre os descendentes de africanos o levou a identificar a genealogia das principais famílias, daí a sua facilidade para distinguir as ramificações da miscigenação.

Amigo inseparável de Pedro e proprietário de modesta tipografia, Lídio Corró foi o responsável pela penosa impressão dos escritos e se encarregou da distribuição, enviando exemplares para bibliotecas e instituições de vários lugares, inclusive no exterior. Graças a esse desprendimento, James Levenson, professor da Columbia University de renome internacional por seus trabalhos etnológicos, tomou ciência dos estudos de Archanjo. Assim, sua visita ao Brasil revela no antigo subalterno da faculdade uma autoridade em assuntos ligados à vida popular, à influência dos costumes africanos e à mestiçagem na Bahia, despertando a curiosidade de intelectuais, jornalistas e políticos sobre a vida de um homem simples, avesso a qualquer tipo de glorificação, que terminara seus dias praticamente na indigência.

A presença do visitante estrangeiro ainda levou à descoberta de que o ano de 1968 correspondia ao centenário de nascimento de Pedro Archanjo, razão pela qual se decidiu pela realização de eventos comemorativos e se iniciou grande movimentação da imprensa, da propaganda e de autoridades na busca de informações a seu respeito. Diante da constatação de que fora indivíduo de conduta nada exemplar aos olhos da elite conservadora e branca, que sua vidase resumira a seu mundo penurioso e que seus livros haviam sido desdenhados pelos luminares da intelectualidade baiana, os envolvidos nas homenagens assumem a tarefa de demudar sua imagem, adequando-a a seus interesses.

Jorge Amado ambienta a narrativa de **Tendas dos milagres** em diversas épocas, de acordo com a etapa da vida do protagonista apresentada ao leitor. Outra estratégia de que lança mão é a contraposição da imagem transfigurada de Archanjo pelos que dela se apropriam com seu passado verdadeiro, de homem simples e de boa convivência, mas capaz de travar duros embates com professores e de liderar confrontos com a polícia em defesa de sua gente e de sua cultura. Em vida, lutara ferrenhamente contra as ideias preconceituosas em relação aos negros, ainda defendidas tacitamente pela elite branca, classe a que pertencia os que repentinamente passaram a engrandecer seu nome.

O manejo com destreza de diversas perspectivas temporais garante dinamismo e vitalidade para a narração, com sobreposição de cenas e intensa movimentação de ações. Além disso, os cortes sucessivos dão leveza à narração, contribuindo para sua fluidez. A alternância de épocas estabelece um jogo entre passagens marcantes da vida de Pedro Archanjo e acontecimentos históricos ocorridos no período correspondente ao seu centenário, emoldurando a descrição ficcional com eventos da vida brasileira. A composição do cenário que o autor desenha apresenta alusões ao preconceito em relação aos negros e à cultura de origem africana, perseguições aos praticantes do candomblé, discriminações

étnicas, sonegação de direitos e desprezo por segmentos sociais desfavorecidos economicamente. A urdidura da trama permite, porém, a presentificação de fatos porque as situações são apresentadas dentro de um enfoque cujo ponto de partida é a realidade vivida no Brasil durante a década de 1960.

As vinculações entre a trajetória de Pedro Archanjo e o cotidiano do país na época da publicação do romance aparecem de diferentes maneiras, por meio de referências a episódios que protagonizou. Archanjo não conheceu o pai, morto na Guerra do Paraguai antes de seu nascimento, e seu infortúnio se completou ainda na adolescência, com o falecimento da mãe. Depois disso, precisou viver de favores, porém a persistência e a retidão de caráter herdados dela permitiram que logo deixasse de depender de outras pessoas e passasse a se impor pela reação diante de injustiças aos de sua cor ou de sua classe. Por causa disso, foi demitido de empregos, primeiro na faculdade, depois na empresa de energia elétrica. Nessa, como consequência de sua participação na greve dos transportes, fato lembrado por alguém tão logo começa a se espalhar a notícia de sua morte:

-[...] foi em trinta e quatro, há nove anos: quem não se lembra da greve da Circular? No começo era só o pessoal dos bondes, o diabo do velho não tinha por que se meter.

- Ele trabalhou na Circular? Nunca soube.

- Por pouco tempo, era entregador dos recibos de luz, tinha conseguido o lugar com empenho e a muito custo, andava precisando.

- Sempre andou precisando.

- Pois não é que entrou na greve também, acabou na comissão, escapou de ser preso e foi posto no olho da rua. Também nunca mais ninguém lhe cobrou passagem de bonde (AMADO, 1978, p. 47)<sup>1</sup>.

Demitido, não conseguiu mais emprego fixo, pois já estava com sessenta e seis anos, sendo então obrigado a se satisfazer com trabalhos ocasionais de pouco ganho. De natureza perdulária, se submeteu a privações cada vez mais agudas, porém jamais perdeu a altivez da época em que abandonara a função de bedel por não se sujeitar a humilhações e a preconceitos. Pela mesma razão havia se envolvido na greve, como esclarece passagem posterior ao trecho mencionado:

- Professor, vim lhe procurar a propósito da greve da Circular.

- Da greve? Geral, não? Parou tudo, não foi? [...]

- Formidável, sim! Movimento justo, professor, os salários são miseráveis. [...] a nossa vitória é certa.

- Nossa? O que você tem a ver com isso?

[...]

- Pois, professor, eu sou membro de uma comissão de solidariedade aos grevistas (p.312).

A ditadura implantada em 1964 impôs severas restrições às liberdades civis e uma das primeiras medidas foi o esvaziamento das entidades sindicais e o cerceamento às ações de movimentos reivindicatórios, cuja atuação vinha sendo forte nos momentos antecedentes

---

<sup>1</sup>Todas as demais citações do romance foram retiradas desta edição: AMADO, 1978, passando-se a indicar apenas as páginas respectivas.



ao golpe. A proximidade de João Goulart com os setores populares foi uma das causas de sua destituição, sendo o famoso Comício da Central do Brasil, realizado em meados de março daquele ano, e o discurso para os sargentos, no Automóvel Clube, em 30 de março, fatores decisivos. No primeiro, o presidente anunciou decreto tratando da reforma agrária, atendendo pedidos dos segmentos desfavorecidos do campo e assustando os conservadores. O pronunciamento aos oficiais não graduados foi a gota d'água porque representou aos olhos dos detentores de altas patentes a quebra de hierarquia (CASPARI, 2002).

Entre as primeiras medidas tomadas por Castelo Branco está a desestruturação das organizações de trabalhadores por meio da intervenção em sindicatos e federações operárias e da extinção de todas as instituições que defendiam algum tipo de conquista social. As perseguições e as prisões iniciadas em relação a políticos considerados ameaças ao regime logo se estenderam a líderes sindicais, operários, religiosos, estudantes, professores e até mesmo militares com algum tipo de atividade associativa, sob a acusação de subversão (LOPEZ, 1987). O recrudescimento no combate aos opositores levou à criminalização do ativismo, como demonstra a Lei de Segurança Nacional, criada em setembro de 1969, como instrumento de apoio aos propósitos dos militares, que previa pena de quatro a dez anos de prisão para quem se envolvesse em greve.

A referência a episódios protagonizados por Archanjo, em 1934, remete para a época em que se implantou no Brasil uma constituição que assegurava pela primeira vez salvaguardas à classe laboral, regulamentando jornada de trabalho, instituindo direitos, entre eles, o da organização em sindicatos e da interrupção coletiva de atividades como forma de reivindicar melhorias nas relações com o capital. Assim a obra contrapõe um período do passado marcado por avanços no reconhecimento de prerrogativas de cidadania com a situação vivida no momento da publicação de **Tenda dos milagres**, quando a todo instante surgiam mecanismos para o tolhimento de garantias básicas asseguradas aos trabalhadores. A situação a que o governo militar os submetia naquele momento é mencionado por Zezinho, proprietário do Jornal da Cidade, quando recomenda a um de seus empregados: “é melhor não falar em greve na situação atual, evite esse tópico, seu Ari” (p. 70).

A advertência se dá mediante a referência por Damiano sobre a atuação de Archanjo na citada greve, em depoimento prestado ao periódico com vistas à publicação de cadernos especiais dedicados ao centenário do ex-bedel. Outros eventos estavam previstos, entre os quais um seminário, pois segundo professor Ramos, “nada mais indicado do que um conclave de sábios no qual se afirme mais uma vez a tese brasileira (da democracia de raças) e se denuncie os crimes do *apartheid*, do racismo, do ódio, entre os homens” (p. 120). A ideia do catedrático, assim como as demais propostas, partiu de comissão constituída para organizar as comemorações, sendo Zezinho seu membro mais influente. Por ocasião do encerramento da reunião em que as decisões foram tomadas, ele pediu detalhes minuciosos por escrito da programação e informou aos demais que seu diário adivulgaria por etapas. Justificou-se com o argumento de que a tática alimentaria as

expectativas e o interesse da população, provocando comentários irônicos de outros presentes quanto à sinceridade de suas palavras:

- Vai pedir o *nihil obstat* – murmurou o macabro Ferreirinha ao jocoso Goldman, gerente do jornal [...].
- Ao SNI ou ao Chefe de Polícia?
- Aos dois, provavelmente (p. 121).

Os militares usavam o aparato do Estado para o controle da sociedade, por meio de órgãos criados para essa finalidade, caso do Serviço Nacional de Informações, o SNI, de correlatos nas forças armadas e nas corporações de segurança das unidades da federação. A ideologia da segurança nacional justificava a intervenção do aparelho investigativo em todas as instâncias, enquanto a arbitrariedade do regime permitia que fossem ignorados quaisquer limites de ação, criando permanente sensação de medo, inibindo iniciativas, principalmente nos campos artístico e cultural.

Em **Tendas dos milagres**, poucos dias após o encontro mencionado, os organizadores das atividades comemorativas ao centenário de Archanjo são surpreendidos pela informação de Zezinho dando conta de que o seminário não poderia ser realizado:

- Fui... bem... fui procurado... e tive a ocasião de discutir o assunto em todos os seus aspectos.
- Procurado? Por quem? – quis saber a secretária do Centro Folclórico, inteiramente por fora das sutilezas da política.
- Por quem de direito, minha boa amiga. (p.129)

Alegando se tratar de assuntos que lhe escapavam ao controle, Zezinho passou a falar de acordos comerciais firmados pelo Brasil com a África do Sul, da criação de rotas aéreas entre os dois países, da defesa de interesses comuns na ONU e de possível “aliança política contra o comunismo” como motivos para não promover o evento que tinha o *apartheid* como um dos temas. Encerra suas explicações acrescentando:

Não vou sequer me referir aos Estados Unidos, aos nossos compromissos com a grande nação americana. Exatamente quando aumentam suas dificuldades com os negros, também nós vamos mandar-lhe lenha? Do racismo ao Vietnã é um passo (p. 129).

Ao invocar os interesses do país como justificativa, Zezinho esconde os seus em relação à ditadura e sua anuência com a proibição, permitindo inferências do leitor a respeito do apoio que boa parte dos órgãos de imprensa deu à deflagração do golpe. Seus temores com relação a possíveis manifestações antirracistas se articulam com a atitude hipócrita da classe a que pertence, no sentido de ignorar as lutas de Archanjo contra a perseguição aos negros. Com relação ao mundo objetivo, sua postura se ajusta a práticas dos militares que censuravam a divulgação de notícias dos movimentos sociais no Brasil em nome de uma pretensa democracia racial. (LOPEZ, 1987).

Nesse sentido, a trajetória de Archanjo leva a questionamentos sobre a ordem vigente não apenas em relação a garantias de liberdade individual ou a questões raciais no período discricionário, mas ao princípio da doutrina liberal que prevê a igualdade de direitos entre os indivíduos. Considerando-se essa perspectiva, **Tenda dos milagres** permite o estabelecimento de vínculos com a condição dos negros no Brasil desde a implantação da República. Se até então o indivíduo de origem africana era somente um bem material utilizado como força de trabalho, justificando a sonegação de prerrogativas básicas da cidadania, com a libertação do jugo escravagista e a instalação do novo regime político sua sorte teria que ser outra. Para tanto, uma das formas de inserção social do antigo cativo deveria ser a remuneração justa pela sua mão-de-obra.

O problema é que as relações de trabalho livre no país apresentam um histórico de precariedades por causa dos mais de trezentos anos de escravidão, sendo que as debilidades do sistema ficaram mais expostas a partir de meados do século XIX, quando efetivamente se instituiu por aqui uma classe laboral regida por estatuto remuneratório. No final da monarquia existiam categorias profissionais bem definidas, tais como portuários, ferroviários, operários da construção civil, estivadores, têxteis e gráficos, além de empregados em vários ramos da incipiente indústria (CARDOSO, 2006). Ocorre que o recrutamento dessa força de trabalho se dava por meio de estratégias aviltantes: mulheres e crianças com menos de dez anos, ganhando salários inferiores aos homens; crianças pobres e órfãs, com o argumento de formação profissional; indigentes abrigados em instituições de caridade; indivíduos das áreas rurais subempregados ou oriundos da agricultura de subsistência. A esses se incorporaram os imigrantes trazidos da Europa que, ao chegarem, se viam obrigados a reembolsar as despesas da viagem ao patrão. Além disso, todos estavam sujeitos a jornadas que podiam durar até dezessete horas diárias (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1983).

Tal situação permaneceu durante a República Velha, avançando as décadas iniciais do século XX, durante o longo processo de transformações que desembocou na Revolução de 1930 e que encerrou o domínio político das oligarquias rurais:

A fase que medeia entre o declínio do Império e o irrompimento da Primeira Guerra Mundial – fato este que os historiadores consideram, com razão, o encerramento do século XIX – denuncia importantes e profundas alterações na vida brasileira (SODRÉ, 1988, p. 433).

Esse processo de mudança foi impulsionado pela diversificação nos ramos de atividade profissional resultante da expansão do número de trabalhadores assalariados e do surgimento de um operariado que, consciente de sua condição, despertou para o espírito associativista. Ao ex-escravo, entretanto, coube um papel secundário mesmo dentro do segmento com o qual estava identificado, pois seu poder de barganha era praticamente nulo, restando-lhe poucas alternativas a não ser se sujeitar ao aviltamento.

A marginalidade do negro livre vinha se desenhando desde a época da campanha abolicionista. Participantes ativos do seu processo de libertação, os cativos das áreas rurais se

sentiram estimulados a usar mais frequentemente um instrumento histórico de insurgência contra a condição servil, a fuga (RISÉRIO, 2007). Enquanto em épocas anteriores se embrenhavam nas matas, a propagação do movimento antiescravista os animou a procurarem cidades, onde, por vezes, conseguiam trabalho livre. Dessa forma viravam carroceiros, ensacadores, estivadores ou em setores como a indústria, as caieiras, as olarias, exercendo atividades que não exigiam qualificação, quase sempre em piores condições de insalubridade do que os demais trabalhadores (MENDES JÚNIOR; MARANHÃO, 1983).

As ocupações exercidas pelas personagens negras em **Tenda dos milagres** possibilitam comparações com a posição dos antigos escravos em relação ao trabalho no período compreendido entre a abolição e a década de trinta do século XX. Algumas sequer têm profissão definida, como é o caso de Terência que busca sustento com a venda de café, cuscuz e tapioca em uma barraca. Mestre Budião vive dos ganhos de sua escola de capoeira e quem se mantém como empregado executa trabalho braçal, situação de Manuel de Praxedes, estivador no porto de Salvador. Todos são pobres e nem mesmo aqueles com melhor destino conseguem escapar de uma existência de limitações materiais.

Pedro Archanjo teve dois empregos fixos, um na faculdade de medicina, onde permaneceu por cerca de trinta anos, e o outro na companhia de energia elétrica. Apesar de sua índole perdulária e desapegada a bens tangíveis, nada indica que percebesse ordenado suficiente para viver em condições significativamente melhores em relação ao estado miserável em que morreu. A diferença visível em sua vida durante o tempo que teve ocupação definida foi o cuidado maior com a aparência pessoal, vestindo-se com roupas e calçados em bom estado, e o princípio de jamais aceitar que alguém pagasse sua comida e sua bebida.

Lídio vinha de família um pouco mais afortunada, pois seu pai era proprietário de uma barbearia, enquanto Archanjo foi criado pela mãe lavadeira. Corró aprendeu o ofício e teve a chance de aprender outros no liceu, de onde saiu conhecendo a tipografia, o desenho e a marcenaria, habilidades das quais vivia, entretanto, também não escapou das privações. Dormia em um cômodo desconfortável, nos fundos da pequena oficina adquirida a duras penas, em cujo espaço também se situava o arremedo de ateliê em que “riscava os milagres”.

Do ponto de vista histórico, os antecedentes que se vinculam com tais ocorrências de **Tenda dos milagres**, remontam ao modo como o Brasil ingressou na ordem capitalista. Dependente da agricultura para compor sua pauta de exportações, apesar do cultivo de outros produtos como a cana, principalmente, o país concentrou seus esforços no comércio internacional do café por ser o mais lucrativo:

O café passou a ser o produto principal da nossa pauta de exportação já a partir do decênio 1831/1840, quando contribuiu com 43,8% do total, evoluindo no decênio seguinte para 48,8% e chegando, finalmente, a 61,5% no período compreendido entre 1881 e 1890 (LOPEZ, 1987, p. 10).

A Abolição e a República poderiam contribuir para o surgimento de outros setores econômicos, bem como para o fortalecimento de segmentos existentes. No campo,

introduzindo novos cultivos e estimulando lavouras já cultivadas como a da cana e do algodão, ou favorecendo a expansão da pecuária, tradicional em algumas regiões. Na área urbana, incentivando a expansão fabril a partir da agricultura, por meio do beneficiamento da matéria-prima nacional com vistas à obtenção de bens de maior valor no comércio exterior. Ações nessa direção permitiriam a criação de condições para a remoção de obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas por intermédio do trabalho livre, favorecendo a instituição de relações mais modernas entre os meios de produção e o trabalho.

Fossem a Abolição e a República instauradas com o espírito de transformações estruturais profundas, trariam consigo mudanças significativas no campo social:

Seria de esperar, portanto, que a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho acabasse por refletir estas mudanças, revertendo a tendência à monocultura e expandindo a participação do país nos vários mercados. O que se dá, no entanto, é o contrário [...].

A razão dos fracassos brasileiros em outros mercados que não o do café está fundamentalmente nas mudanças sofridas pelo capitalismo, que entra a partir de 1870 em sua fase monopolista, com que se alteram as regras do jogo do comércio mundial. Em última análise, a Abolição e a República chegam tarde para permitir ao Brasil diversificar seu Setor de Mercado Externo (CARDOSO, 2006, p. 389-390).

Em razão disso, as forças de trabalho, assim como suas relações com o sistema de produção se orientaram por normas incongruentes com a ordem determinada pelo estágio em que o capitalismo se encontrava naquele momento. Por outro lado, prevaleceu a estrutura econômica de base agrícola, com a ocorrência de desenvolvimento industrial unicamente naquelas regiões em que havia a circulação de capitais provenientes da lavoura cafeeira. Nas demais, a ordem vigente deste o período colonial mantinha-se praticamente intacta:

Nas últimas décadas do século XIX, a Bahia entrou no seu ocaso econômico, determinado pela perda de posições de seus produtos no mercado internacional, bem como pela emergência do capitalismo no centro-sul (BACELAR, 2008, p. 42).

Segundo o autor, apesar de afetada pela nova realidade e da posição secundária no âmbito nacional, Salvador se manteve como cidade de expressão regional, devido à condição de sede dos poderes administrativo e político e à propensão para as atividades comerciais. Estas características atraíam recursos, estimulavam o surgimento de novos serviços e a expansão da urbanização. No que diz respeito aos negros:

majoritários demograficamente, muitos deles, livres, puderam assegurar uma considerável proporção de controle direto sobre os seus meios de produção, nas oficinas, no artesanato, na construção civil, no pequeno comércio e nos serviços de ganho. Mais ainda, muitos grupos com base na afiliação étnica, na categoria racial ou no parentesco – como, por exemplo, os cantos e a estiva – já detinham “fatias”, verdadeiros monopólios do mercado simples de necessidades locais (BACELAR, 2008, p. 42-43).

Bacelar acrescenta que, apesar de transformações na atividade econômica da Bahia, devido ao início do cultivo do cacau no final do século XIX e da introdução de novos

grupos étnicos, a situação dos negros e mestiços no mercado de trabalho se manteve inalterada durante a Primeira República. Havia interesse na desvalorização da mão-de-obra, propósito facilitado pela existência de grande contingente de ex-escravos, da mesma forma como não se queria alteração nas relações laborais, havendo esforço para preservar práticas e normas tradicionais, com caráter de favorecimento pessoal. Em **Tendas dos milagres** o poder das relações entre os indivíduos garante os dois empregos de Pedro Archanjo, o primeiro, graças à ação de sua iyalorixá, que tinha influência em vários setores:

Majé Bassã, multipotente em suas relações e amizades, temida por graúdos do governo. Com frequência, ao ouvir a citação do nome de um bambambã da política, do comércio, de um potentado, até mesmo de sacerdote da Igreja, mãe Bassã murmura: “Esse é dos meus” (p. 104).

As dificuldades para garantir meios de vida e as precárias condições econômicas dos negros se somam ao preconceito, um dos eixos fundamentais da narrativa, formando os grandes obstáculos para que pudessem superar a marginalidade a que estavam submetidos. Na obra, Nilo Argolo amparado pelo prestígio que a cátedra proporcionava e pelas teorias de Gobineau, Madison Grant, entre outros, se encarregava pela difusão de ideias racistas. Para tanto, contava com o apoio do delegado, executor das repressões e representante do consentimento do poder público, enquanto a imprensa servia como caixa de ressonância:

A perseguição aos candomblés era natural corolário da pregação racista iniciada na Faculdade e retomada por certos jornais. Pedrito Gordo punha a teoria em prática, produto direto de Nilo Argolo e Osvaldo Fontes, sua lógica consequência (p. 153).

Ou então como se observa em outra passagem:

De 1920 a 1926, enquanto durou o reinado do todo-poderoso delegado auxiliar [Pedrito Gordo], os costumes de origem negra, sem exceção, das vendedoras de comida até os orixás, foram objeto de violência contínua e crescente. O delegado mantinha-se disposto a acabar com as tradições populares, a porrete e a facão, a bala se preciso.

O samba-de-roda foi exilado para o fim do mundo, ruelas e casebres perdidos. As escolas de capoeira fecharam suas portas, quase todas (p. 273).

A dança, o canto, a música e as práticas religiosas serviram como forma de resistência para os africanos trazidos para o Brasil e estão presentes como manifestações da cultura há muito tempo, sobrevivendo à opressão escravagista. Tais práticas estão associadas à indignação e à capacidade de reação ao servilismo:

Códigos e práticas de cultura que, remetendo a sistemas originários da África Negra, sobreviveram às pressões do escravismo. [...] A verdade é que as classes, dominadas, em todas as circunstâncias e regimes, vão sempre além daquilo que a elas é permitido. Não foi diferente no escravismo brasileiro. Assim é que chegaram até nós, sobrevivendo a todos os obstáculos impostos pela vida escrava, tanto práticas culturais toleradas ou até estimuladas pelos senhores, quanto práticas culturais combatidas (RISÉRIO, 2007, p. 334).

A representação do combate a práticas enraizadas na cultura dos descendentes de africanos é um ataque frontal aos negros e uma forma de desqualificá-los. Jorge Amado aborda o problema mencionando as teorias do cientificismo, de grande eco no Brasil nas décadas finais do século XIX e início do XX, citando Nina Rodrigues, médico conhecido na época pela defesa de ideias racistas com base nesses princípios. Na ficção, uma das personagens que mais insiste no descrédito é Pedrito:

Aprendera que negros e mestiços possuem natural tendência ao crime, agravada pelas práticas bárbaras do candomblé, das rodas de samba, da capoeira, escolas de criminalidade a aperfeiçoar quem já nascera assassino, ladrão, canalha. [...] o delegado considerava a exibição de tais costumes monstruoso acinte às famílias, achincalhe à cultura, à latinidade de que tanto se orgulhavam intelectuais, políticos, comerciantes, fazendeiros, a elite (p. 246).

A abordagem do assunto lembra o problema racial em Salvador no período, em razão do grande número de negros e mestiços e das relações no campo do trabalho. Jeferson Bacelar (2008) afirma que a elite branca da cidade viveu uma situação ambígua em relação ao ex-escravo e seus descendentes, pois como era próprio da camada dominante do tempo, queria mudanças desde que não afetassem seus interesses. Preservando a mesma estrutura econômica da época da escravidão, com base no comércio e na exportação de produtos agrícolas, o segmento dominante não se interessava por alterações envolvendo seu modo de produção. A regulamentação dos vínculos laborais se efetivava informalmente, portanto fundamentava-se em princípios semelhantes aos do período da servidão. Era um instrumento para colocar os negros na defensiva porque se temia que eles pudessem se insurgir inspirados por exemplos do passado, como os quilombos e a Revoltados Malês, em 1835.

O receio gerou o escamoteamento dos problemas raciais, para isso serviu com disfarce o princípio republicano da equidade entre os indivíduos, surgindo a formulação de “discurso assimilacionista da harmonia e da igualdade entre as raças” (Ibidem, p. 47). Na prática, porém, a situação era diferente porque a intenção secreta consistia na preservação da ordem vigente. Para alcançar este objetivo, a elite composta pela minoria branca da população impunha a si a importante tarefa de afirmar a superioridade de sua etnia e a inferioridade dos negros. Tratava-se:

Enfim de justificar ideologicamente as condutas desenvolvidas em relação à questão racial em Salvador. [...] não havia afirmação em nenhum instante de conflito racial, nem tampouco avaliação das relações entre negros e brancos, mas sim uma perspectiva estigmatizante em relação ao negro. O negro era o outro inferior e incivilizado, em relação ao branco, superior e portador de padrões civilizatórios europeus (Ibidem, p. 49).

A situação só começou a se alterar bem mais tarde, embora durante a década de 1930 tenha se iniciado “um processo de revalorização da cultura africana na Bahia” dando começo à afirmação de “um mundo negro-africano” (BACELAR, 2008, p. 128). O autor acrescenta que



personalidades estrangeiras, como Roger Bastide e Pierre Verger se interessaram pelas peculiaridades culturais da cidade, onde foi promovido o II Congresso Afro-Brasileiro, em 1937, ano em que começaram as articulações para a fundação da atual Federação Baiana do Culto Afro-Brasileiro. Jorge Amado participa desse movimento com a publicação de **Jubiabá**, em 1935, romance que traz para o centro da cena a vida dos negros pobres e humildes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações apontadas de **Tenda dos milagres** com a história do Brasil e, por extensão, com fenômenos sociais e culturais, particularmente os relativos ao papel da população de origem africana, permitiram reconhecer as condições de marginalidade a que foi submetida e o desrespeito a suas práticas culturais, o que estimula novas reflexões sobre o lugar de Jorge Amado na historiografia da literatura brasileira. Essa revisão se torna mais relevante quando se leva em consideração a posição da crítica em relação a sua obra, uma vez que boa parte dos especialistas hesita em reconhecer suas qualidades de escritor, como exemplifica Alfredo Bosi, em sua **História concisa da literatura brasileira**, cuja primeira edição é de 1970, um ano após a publicação de **Tenda dos milagres**: “Cronista de tensão mínima, soube esboçar largos painéis coloridos e facilmente comunicáveis que lhe franqueariam um grande e nunca desmentido êxito junto ao público” (1997, p. 458-459).

Num levantamento sobre a opinião da crítica a respeito da obra de Jorge Amado, Ívia Alves (2001) conclui que por muito tempo o julgamento sofreu a influência do jogo ideológico entre a esquerda e a direita, tomando por referência as vinculações político-partidárias do escritor. Outros estudos seguem na mesma direção:

Com o sucesso de público e comunista, Jorge foi injustamente tratado por certa crítica, o mesmo que aconteceu com Erico Verissimo, como se atraísse sobre si a magnética inveja, ou fosse o sucesso prova de falta de nível criativo de uma obra, quando a qualidade e a boa vendagem podem andar de mãos dadas (NEJAR, 2007, p. 296).

Pode-se perceber que, felizmente, tem sido frequente o aparecimento de sinais de que o reparo a Jorge Amado está em andamento:

Seu herói é mesmo o povo e disso o romancista faz uso constante e credo sincero, profundo e autêntico, conquanto se alternem maneirismos ou contrafações hostis. O romance amadoano atinge uma dupla acepção de ressonância coletiva, (disparada sem qualquer sutileza) no ir e vir das repercussões entre a criação e a leitura (ARAÚJO, 2008, p. 83).

O surgimento de novos aparatos teóricos tem permitido a ampliação de perspectivas de enfoque para a obra do escritor baiano, permitindo que se compreenda seu sucesso junto aos leitores:



Embora sob a premissa da miscigenação harmonizadora, outra é a perspectiva de Jorge Amado [no que diz respeito á relação do negro com o mundo]: são os dominados (o povo negro-mestiço) que delineiam a correnteza da vida social da Bahia. Eles são a bússola de navegação social dos sobrados e ruas da velha cidade (BACELAR, 2008, p. 120).

Esse breve apanhado de avaliações recentes da obra de Jorge Amado cria a perspectiva de que se aproxima o momento em que seu nome constará na história da literatura brasileira apenas como o grande escritor que efetivamente foi. Se é dispensável lembrar que inexiste neutralidade nas ações humanas, também é desnecessário destacar que tal fato não pode servir para estigmatizações porque a insistência demasiada em determinada posição se situa a um passo da intolerância.

## REFERÊNCIAS

ALVES, ÍVIA. De paradigmas, cânones e avaliações – ou dos valores negativos da produção literária de Jorge Amado. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, n. 124, p. 197-207, jun. 2001.

BACELAR, Jeferson. **A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3. ed. 17. tiragem. São Paulo: Cultrix, 1997.

CASPARI, Hélio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. **O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. v. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação**. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. 3. ed. Porto Alegre: mercado Aberto, 1987.

MENDES JÚNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil história: República Velha**. 3. ed. vol. 3. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Copesul: Telos, 2007.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

RISÉRIO, Antonio. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

SEVERIANO, Jairo. **Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2008.

SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Porto Alegre: L&PM, 1978.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Censura durante o regime autoritário**. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs10\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm). Acesso em: maio/2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. 8. ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A fascinante aventura do cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Cinemateca, 1981.